



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DA AUDITORIA INTERNA

Processo Administrativo: 158.0323/2022

Exercício Financeiro: 2021

Unidade Orçamentária: 50101 – Tribunal de Justiça

Ordenador de Despesa: Des. Carlos Eduardo Contar

Cargo/Função: Presidente

1 – APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento a Resolução TCE/MS nº 88, de 03 de outubro de 2018, apresenta o Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, relativas às contas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Unidade Gestora (UG) Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Na elaboração deste Parecer Técnico, procurou-se explicitar as principais informações produzidas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário/MS no decorrer do exercício de 2021, evidenciando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

2 – INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a Auditoria Interna procedeu à análise e acompanhamento das contas do Poder Judiciário/MS, executadas pela Secretaria de Finanças, responsável pela execução da contabilidade e pela administração financeira da UG Tribunal de Justiça.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos aplicados ao setor público, consoante as disposições expressas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal e os demais sistemas normativos complementares. Abrangem também as disposições do Conselho



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações contábeis contemplam a execução e a análise dos recursos consignados no Orçamento da UG Tribunal de Justiça, para o exercício de 2021, sendo materializados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e nos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças – SPF.

Os registros de todas as operações foram executados tendo como base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

3 – DA CONFORMIDADE DAS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTAS ANUAL

No que tange a conformidade das peças e documentos exigidos pela Resolução TCE/MS nº 88/2018, quanto aos conteúdos e formatos obrigatórios, verificou-se que todas as peças retratam as orientações e exigências do Tribunal de Contas do Estado do MS.

4 – DO ORÇAMENTO

O orçamento do Tribunal de Justiça para o exercício de 2021, aprovado pela Lei Estadual nº 5.618 de 17 de dezembro de 2020, publicado no Suplemento II do Diário Oficial nº 10.355, de 18 de dezembro de 2020, foi elaborado em conformidade com o disposto no § 4º, dos art. 160 e 161 *caput*, da Constituição Estadual, observando os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, Lei Estadual nº 5.543, de 15 de julho de 2020, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

Na Lei de Orçamento, a despesa total fixada, por unidade orçamentária, fonte de recursos e por grupo de natureza de despesa, como segue:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA/MS	FONTE 100	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	971.261.000,00	-	971.261.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	776.986.500,00	-	776.986.500,00
Juros e Encargos da Dívida	350.000,00	-	350.000,00
Outras Despesas Correntes	193.924.500,00	-	193.924.500,00



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Despesas de Capital	350.000,00	-	350.000,00
Amortização da Dívida	350.000,00	-	350.000,00
Total por Fonte de Recursos	971.611.000,00	-	971.611.000,00

Fonte: Lei 5.618, de 17/12/20.

5 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Da Receita

A UG Tribunal de Justiça não se caracteriza como um agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para a prestação de serviços públicos, dessa forma, é dependente de recursos do Tesouro Estadual.

Para tanto é contemplada no orçamento recebendo repasse financeiro em forma de duodécimo nos parâmetros do inciso III, § 1º do art. 12, da Lei Estadual nº 5.543, de 15 de julho de 2020. No exercício de 2021 esse repasse totalizou R\$ 954.194.887,28.

5.2 – DA DESPESA

5.2.1 - Da Execução da Despesa Orçamentária

A despesa realizada, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2021 e de seus créditos adicionais, atingiram o valor de R\$952.887.604,26 correspondendo em torno de 98,07% da despesa autorizada, que foi de R\$971.611.000,00. Deste modo, o montante de R\$18.723.395,74 não foi utilizado para a execução da despesa.

A despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas e grupos de despesas estão demonstradas a seguir:

Grupo	Fixada (Orçamento Inicial)	Autorizada (Inicial+Adicionais)	Realizada (Empenhado)	Realização %
Despesas Correntes	971.261.000,00	968.567.000,00	949.862.037,18	98,07%
Pessoal e Enc. Sociais	776.986.500,00	738.786.300,00	734.717.638,32	99,45%
Juros e Enc. da Dívida	350.000,00	350.000,00	331.674,84	94,76%
Outras Desp. Correntes	193.924.500,00	229.430.700,00	214.812.724,02	93,63%
Despesas de Capital	350.000,00	3.044.000,00	3.025.567,08	99,39%
Investimentos	0,00	2.694.000,00	2.694.000,00	100%
Amortização da Dívida	350.000,00	350.000,00	331.567,08	94,73%
Total	971.611.000,00	971.611.000,00	952.887.604,26	98,07%
Economia Orçamentária			18.723.395,74	

Fonte: Balanço Orçamentário – SPF

O quadro acima evidencia o percentual de realização da despesa em relação a dotação atualizada.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

6 – DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os créditos adicionais suplementares abertos no exercício 2021 tiveram como origem de recursos as anulações de dotações, nos termos do inciso III, § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

As alterações/remanejamentos do orçamento autorizado foram processadas por decretos, com base no art. 9º da Lei nº 5.618/2020, totalizando R\$40.896.200,00.

7 - DOS BALANÇOS ANUAIS

7.1 - Balanço Orçamentário – Anexo 12

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas, de acordo com o art. 102 da Lei 4.320/64 e deverá ser apresentado conforme anexo 12.

A análise e a verificação do Balanço Orçamentário têm como objetivo preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão orçamentária.

No exercício de 2021 as despesas empenhadas foram menores que as fixadas em R\$18.723.395,74, gerando assim uma economia de despesa.

A UG Tribunal de Justiça não possui arrecadação própria e sendo um órgão da estrutura administrativa do Estado do Mato Grosso do Sul recebe transferências financeiras que suportam suas despesas.

7.1.1 – Execução de Restos a Pagar

No exercício de 2021, a UG Tribunal de Justiça pagou R\$57.311.103,23 e cancelou R\$112.120,85 do seu estoque de restos a pagar processados inscritos no exercício anterior, restando um saldo R\$54,98.

Insta salientar que consta em notas explicativas justificativa referente ao cancelamento de restos a pagar processados.

7.2 - Balanço Financeiro – Anexo 13

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras, bem como os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

exercício seguinte, de acordo com o art. 103 da Lei 4.320/64, apresentado conforme anexo 13.

As receitas e despesas orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A receita extra orçamentária representa os valores recebidos pela UG Tribunal de Justiça que, a princípio, não lhe pertence, sendo repassado para quem de direito, caracterizando como despesa extra orçamentária.

A disponibilidade de caixa iniciada em 2021 foi de R\$81.566.159,78, e terminando o exercício com uma disponibilidade de caixa de R\$23.062.260,05, sendo que, R\$15.618.649,04 estão comprometidos com restos a pagar processados, restando, pois, R\$7.443.611,01 para pagamento dos valores restituíveis.

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi deficitário em R\$58.503.899,73 que corresponde a variação das disponibilidades no final e no início do ano, bem como a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa - Anexo 18.

O déficit financeiro apurado no Anexo 13 no ano analisado é decorrente da execução extra orçamentária, ou seja, os pagamentos extra orçamentários superaram os recebimentos.

7.3 - Balanço Patrimonial – Anexo 14

O Balanço Patrimonial demonstra a situação econômica e financeira do patrimônio público, através de seus bens, direitos e obrigações, bem como o saldo patrimonial e as contas de compensação num determinado momento, conforme art. 105 da Lei nº 4.320/64, anexo 14.

ATIVO	Valor	PASSIVO	Valor
CIRCULANTE	41.494.980,30	CIRCULANTE	65.355.058,22
Caixa/Equivalentes de Caixa	23.062.260,05	Obrigações Trabalhistas Previd. e Assistenciais a Pagar	48.457.401,44
Créditos a Curto Prazo	17.592.031,36	Fornecedores	433,54
Estoques	840.688,89	Demais Obrigações a Curto Prazo	16.897.223,24
NÃO CIRCULANTE	137.851.064,98	NÃO CIRCULANTE	327.564,59
Estoques	340.845,03	Obrigações Trabalhistas. Previd. e Assist. a Pagar	327.564,59
Imobilizado	137.510.219,95	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.663.422,47



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

		Resultados Acumulados	113.663.422,47
TOTAL	179.346.045,28	TOTAL	179.346.045,28
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			Valor
ATIVO (I)			179.346.045,28
Financeiro			23.062.260,05
Permanente			156.283.785,23
PASSIVO (II)			66.367.622,81
Financeiro			31.934.931,01
Permanente			34.432.691,80
SALDO PATRIMONIAL (I - II)			112.978.422,47

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial - SPF

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O valor de R\$23.062.260,05 compreende os saldos em conta corrente e aplicações financeiras registrados na contabilidade.

Em relação aos saldos das contas bancárias informados no balanço patrimonial, constatou-se através dos extratos que o saldo total das contas é de R\$23.226.975,86. Assim evidencia-se uma diferença de R\$164.715,81 pendente em conciliação bancária.

Os créditos de curto prazo no valor de R\$17.592.031,36, correspondem aos valores da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do PJMS pagos pela unidade gestora e que serão compensados com valores a recolher à Agência de Previdência Social de MS – AGEPREV no mês seguinte.

O ativo não circulante no valor R\$137.851.064,98 é composto pelo imobilizado, estoque de matéria-prima a ser utilizada em fabricação própria de bens móveis e obras em andamento e edifícios (em fase de transferência).

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$48.457.401,44, apresentaram uma redução por volta de 39,95% em relação ao exercício anterior que foi R\$80.692.991,79.

As Demais Obrigações a Curto Prazo correspondem aos valores restituíveis, indenizações e restituições no montante de R\$16.897.223,24, um decréscimo de aproximadamente 46,61% em relação ao ano de 2020 que foi de R\$31.647,383,67.

Com base no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2021, verifica-se do confronto entre o ativo financeiro e o passivo financeiro a ocorrência de déficit financeiro apurado no exercício no montante de R\$8.872.670,96.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

7.3.1 - Patrimônio Líquido

Especificação	Valor
Saldo de Exercícios Anteriores	107.971.044,59
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.479.493,26)
Resultado do Exercício	9.171.871,14
SALDO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/2021	113.663.422,47

Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial - SPF

No exercício de 2021 houve um acréscimo de aproximadamente 5,27% no saldo patrimonial em confronto ao exercício anterior que foi de R\$107.971.044,59.

7.4 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Anexo 15

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio da UG Tribunal de Justiça, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada, de acordo com o art. 104 da Lei 4.320/64, Anexo 15.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	R\$	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	R\$
Transferências e Delegações Recebidas	967.213.574,85	Pessoal e Encargos	824.505.288,17
Ganhos com Desincorporação de Passivos	112.120,85	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	462.273,08
		Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	20.087.538,78
		Variações Financeiras	456.786,08
		Transferências e Delegações Concedidas	54.880.106,24
		Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	36.733,41
		Tributárias	895.230,15
		Outras Variações	56.829.868,65
TOTAL	967.325.695,70	TOTAL	958.153.824,56
		RESULTADO PATRIMONIAL	9.171.871,14

Fonte: Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - SPF

A remuneração de pessoal é a principal despesa da unidade gestora, seguido dos encargos patronais e dos benefícios.

A composição dos valores das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas está evidenciada em nota explicativa.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

No exercício de 2021 os ganhos com desincorporação de passivos no valor R\$112.120,85, decorrem da anulação dos restos a pagar processados, evidenciado em nota explicativa.

O Resultado Patrimonial do exercício de 2021, apurado por meio do confronto do total das Variações Patrimoniais Aumentativas que foram de R\$967.325.695,70, com o total das Variações Patrimoniais Diminutivas que foram de R\$958.153.824,56, perfazendo um resultado patrimonial positivo no montante de R\$9.171.871,14.

7.5 – Dívida Flutuante – Anexo 17

A Dívida Flutuante é constituída pelas obrigações que devem ser pagas a curto prazo e que ficaram pendentes ao final de cada exercício. Sua composição, segundo o art. 92, da Lei nº 4.320/64, é de restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.

Histórico	Valor
Restos a Pagar Processados	15.618.649,04
Restos a Pagar Não Processados	685.000,00
Depósitos/Consignações	15.631.281,97
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	31.934.931,01

Fonte: Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante - SPF

Os restos a pagar elencados na Dívida Flutuante equivalem aos valores apurados no Balanço Orçamentário e inscritos no Balanço Financeiro, somados aos saldos de exercícios anteriores no valor R\$54,98.

Evidencia que a unidade gestora Tribunal de Justiça encerrou o exercício de 2021 com ausência de recursos financeiros para liquidar sua dívida fluante.

Registra-se que, valores do passivo financeiro (restos a pagar processados e consignações) referente ao credor Agência de Previdência Social de MS – AGEPREV, serão compensados no mês subsequente ao encerramento do exercício com os Créditos a Receber RPPS – AGEPREV, assim esses valores não afetarão o caixa e equivalentes de caixa da unidade gestora.

7.6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Anexo 18

Os ingressos da UG Tribunal de Justiça são recebidos diretamente pelo Tesouro do Estado por não se tratar de um órgão com função arrecadadora.

Já os desembolsos estão concentrados em pagamento de pessoal e demais despesas correntes.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

FLUXOS DE CAIXA	Valor
Atividades Operacionais	
Ingressos	3.327.540.029,66
Desembolsos	3.383.018.362,31
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(55.478.332,65)
Atividades de Investimentos	
Ingressos	-
Desembolsos	2.694.000,00
Fluxo de Caixa Líquido das atividades de Financiamento	(2.694.000,00)
Atividades de Financiamento	
Ingressos	-
Desembolsos	331.567,08
Fluxo de Caixa Líquido das atividades de Financiamento	(331.567,08)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(58.503.899,73)
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	81.566.159,78
Caixa e Equivalente de caixa final	23.062.260,05

Fonte: Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - SPF

No ano analisado a unidade gestora gerou um fluxo negativo das Atividades Operacionais na ordem de R\$55.478.332,65, resultante da execução extra orçamentária.

O fluxo das Atividades de Investimentos foi negativo em R\$2.694.000,00 resultante da aquisição de bens móveis.

As Atividades de Financiamento geraram um fluxo negativo em R\$331.567,08 em decorrência das amortizações referentes ao parcelamento de débitos previdenciários junto à Receita Federal do Brasil.

8 – DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

8.1 - Da Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal para cada exercício faz-se em observância aos art. 18 a 23 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O comprometimento da despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida no exercício de 2021 foi de 4,73%, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal de janeiro a dezembro/2021, publicado no Diário da Justiça nº 4881, de 27 de janeiro de 2022.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Abaixo, apresenta-se o demonstrativo da despesa com pessoal, nos termos do art. 55, inciso I, alínea a, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual atesta o cumprimento dos limites em comento.

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSA DOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	970.409.533,40	
Pessoal Ativo	734.717.638,32	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	611.978.064,47	
Obrigações Patronais	122.739.573,85	
Pessoal Inativo e Pensionistas	235.691.895,08	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	208.604.977,44	
Pensões	27.086.917,64	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	222.752.058,91	
Indeniz. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.627.704,66	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.013.799,49	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	212.110.554,76	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	747.657.474,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% S/A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	15.816.038.193,47	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	6.924.249,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	12.000.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV-V-VI)	15.797.113.944,47	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	747.657.474,49	4,73%
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	947.826.836,67	6,0%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único, art. 22, LRF)	900.435.494,83	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II, § 1º, art. 59, LRF)	853.044.153,00	5,4%

Fonte: RGF – DJE nº 4881 de 27/01/22.

9 – ANÁLISE POR INDICADORES

É a técnica utilizada para identificar a relação entre dois elementos integrantes das demonstrações contábeis. Visa obter informações acerca da situação orçamentária, econômica e financeira da entidade, bem como dos resultados, usando quocientes obtidos por divisão simples de itens, normalmente heterogêneos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

	Passivo Financeiro	31.934.931,01		> 1 Há superávit financeiro	destacar que saldos do passivo financeiro serão compensados com demais créditos do ativo circulante, ou seja, não afetará o ativo financeiro.
				< 1 Há déficit financeiro.	
Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.062.260,05	0,3529	Indica a capacidade financeira de a entidade honrar de forma imediata suas dívidas de curto prazo.	O índice demonstra a ausência de recursos disponíveis (caixa ou equivalentes de caixa) para pagamento de passivos de curto prazo. Entretanto o passivo circulante da entidade compreende também valores reconhecidos por competência que possuem atributo permanente e também valores que serão compensados com demais créditos do ativo circulante.
	÷ Passivo Circulante	65.355.058,22		Igual a 1 Há equilíbrio dos ativos de liquidação imediata com o passivo circulante.	
				> 1 Indica sobra de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo.	
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	41.494.980,30	0,6349	< 1 Indica a falta de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo.	Evidencia a falta de recursos de curto prazo para pagamento de passivos de curto prazo. Contudo o passivo circulante compreende também valores reconhecidos por competência que possuem atributo permanente.
	÷ Passivo Circulante	65.355.058,22		Indica a capacidade de a entidade pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos existentes no ativo circulante.	
				Igual a 1 Indica equilíbrio de ativos e passivos de curto prazo.	
				> 1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
Liquidez Geral	Ativo Circulante	41.494.980,30	2,7305	< 1 Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	Os ativos da unidade gestora são superiores as suas dívidas, mas 76,86% desses ativos é composto por bens imobilizados, e somente 23,14% corresponde ao ativo circulante.
	+			Conclusão: quanto maior, melhor.	
	Ativo não circulante	137.851.064,98		Indica a capacidade de a entidade honrar suas dívidas de curto e longo prazos com os recursos existentes no ativo circulante e não circulante.	
	÷ Passivo Circulante	65.355.058,22		Igual a 1 Indica equilíbrio entre ativos e passivos circulantes e não circulantes.	
+			> 1 Indica folga financeira geral.		
Passivo não Circulante	327.564,59	< 1 Indica ausência de recursos em ativos de curto prazo para pagamento de passivos.			
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	65.355.058,22	0,9950	Demonstra quanto da dívida da unidade é exigível no próximo exercício financeiro em relação ao endividamento total.	O quociente indica que 99,50% do endividamento da unidade gestora



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

	Passivo Circulante + Passivo não Circulante	65.355.058,22 + 327.564,59		Igual a 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. < 1 Indica quanto da dívida realizar-se á no próximo exercício financeiro.	está centralizada no curto prazo, ou seja, exigível no próximo exercício financeiro.
--	---	----------------------------------	--	--	--

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2021		Interpretação	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das VPA ÷ Total das VPD	967.325.695,70	1,0096	Evidencia a relação entre o total das VPA e o total das VPD	Em 2021, a unidade gestora apresentou um superávit patrimonial, sendo as VPA's maiores que as VPD's.
		÷		Igual a 1 A situação patrimonial está equilibrada.	
		958.153.824,56		> 1 Há superávit patrimonial no exercício.	
				< 1 Há déficit patrimonial no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Pessoal e Encargos nas VPD	Total de Pessoal e Encargos ÷ Total VPD	824.505.288,17	0,8605	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Pessoal e Encargos representam 86,05% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.
		÷		Igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD do exercício.	
		958.153.824,56		>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPD no exercício.	

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2021			
Quociente do Caixa da Atividade Operacional	Caixa Líquido das Operações ÷ Geração Líquida de Caixa	(55.478.332,65) ÷ (58.503.899,73)	0,9483	Indica a parcela da geração líquida de caixa da entidade atribuída às atividades operacionais.	Evidencia que o saldo negativo da geração líquida de caixa advém 94,83% da atividade operacional.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a UG Tribunal de Justiça utilizou cerca de 98,07% do orçamento autorizado, sendo em torno de 77,10% em despesas com pessoal e encargos sociais, com finalidade à prestação de serviços administrativo e judicial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

As despesas líquidas com pessoal e encargos do Poder Judiciário em 2021 somaram o montante de R\$747.657.474,49, o equivalente a 4,73% da Receita Corrente Líquida. Portanto, o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal foi cumprido.

As Demonstrações Contábeis foram complementadas por Notas Explicativas, com objetivo de evidenciar e explicar o que as demonstrações contábeis sozinhas não mostram, contribuindo para a compreensibilidade, a transparência e o controle social da gestão pública.

Em razão das análises efetuadas concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida prestação de contas.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer.

Campo Grande, 22 de março de 2022.

Heloise Rezende da Silva

Técnica de Nível Superior – Contábil
 (assina digitalmente)

Kele Cristina Leite de Melo

Diretora da Auditoria Interna – TJ/MS
 (assina digitalmente)